

ANEXO IX – CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROTRATAR RURAL PIABANHA – CHECKLIST de documentos para HABILITAÇÃO		
Item	Documento	Observação
12.1	Ofício do município com solicitação de inscrição do projeto do sistema de esgotamento sanitário.	Modelo do ofício no Anexo I
12.2	Cópia do termo de posse, RG e CPF do chefe do Poder Executivo;	
12.3	Declaração de pleno exercício do cargo do Prefeito Municipal, fornecido pelo legislativo municipal, com validade máxima de 12 meses;	
12.4	Formulário de inscrição devidamente preenchido	Modelo no Anexo II
12.5	Ficha de dados básicos do município devidamente preenchida	Modelo no Anexo III
12.6	Declaração do Prefeito Municipal com indicação do(s) órgão(s) responsável(is) pela prestação do serviço público de esgotamento sanitário na área onde será implantada a obra;	-
12.7	No caso em que o prestador de serviços de saneamento não for o município, sendo, por exemplo, autarquias ou empresas públicas municipais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou ato legal equivalente de criação do Prestador de Serviços devidamente registrado;	-
12.8	Comprovante de Inscrição do CNPJ da Prefeitura Municipal e, quando couber, do Prestador de serviço;	-
12.9	Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Prefeitura Municipal;	-
12.10	Certificado de Regularidade do FGTS do PROPONENTE e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o município não for o responsável pelo serviço de esgotamento);	-
12.11	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos trabalhistas da Prefeitura Municipal	-
12.12	Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) regular da Prefeitura Municipal ou declaração de ciência assinada pelo chefe do executivo do proponente.	Modelo da declaração no Anexo VII
12.13	Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) da Prefeitura Municipal;	<p>SP - Emitir por meio do endereço: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/PaginaGuiaDoUsuario.aspx</p> <p>MG - Emitir por meio do endereço: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/certidao_debitos/</p> <p>RJ: Atentar ao fato de serem DUAS certidões, obtidas, cada uma, nos seguintes endereços: Dívida ativa:https://www.pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal ICMS:http://www4.fazenda.rj.gov.br/certidao-fiscal-web/emitirCertidao.jsf</p>

12.14	Documento que comprove a adimplência do proponente com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativa às outorgas que eventualmente possua, sejam elas estaduais ou federais;	Para obtenção da certidão junto à ANA: http://www.snirh.gov.br/cnarh/index.jsf ou pelo e-mail: cristiano.pereira@ana.gov.br Para o Estado de SP, a adimplência deverá ser solicitada ao DAEE (regional de Taubaté) Para o Estado do RJ, a adimplência deverá ser solicitada ao INEA, pelo e-mail: cadastro.cnarhrj@gmail.com Para o Estado de MG, a adimplência deverá ser solicitada ao IGAM, pelo e-mail: gabinete.igam@meioambiente.mg.gov.br
12.15	Declaração de anuência do Prefeito quanto aos custos operacionais, contendo estimativa de custos de materiais e pessoal para operação do sistema.	A declaração deverá ser acompanhada de uma estimativa dos custos operacionais, contendo os cálculos para obtenção do custo. Caso o município deseje, poderá ser utilizado o anexo XIV como modelo.
12.16	Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto e seu substituto, podendo ser ofício ou portaria	Modelo no Anexo VIII
Para municípios nos quais a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário é realizada por concessionária estadual ou privada ou através de outro instrumento jurídico, além dos documentos supracitados, este deverá apresentar também, obrigatoriamente:		
12.19	Cópia do contrato de concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário vigente	
	Declaração do prefeito municipal informando que o distrito urbano onde será realizado o empreendimento está fora da área de concessão	
	Declaração da agência reguladora ou do órgão que fiscaliza o contrato informando que o distrito urbano onde será realizado o empreendimento está fora da área de concessão, com validade máxima de 12 meses	
	No caso de projetos de rede coletora, nos quais uma estação de tratamento de esgotos da concessionária receberá o efluente, deverá ser enviada declaração da concessionária afirmando estar ciente do projeto, e que a ETE tem capacidade para recebimento e adequado tratamento do efluente a ser recebido após conclusão e início da operação do projeto.	Modelo no Anexo VI

Para projetos de consórcios, serão solicitados, para Habilitação, os seguintes documentos:

12.21	Ofício do consórcio com solicitação de inscrição do projeto do sistema de esgotamento sanitário	Modelo no Anexo I
	Cópia do termo de posse, RG e CPF do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio;	
	Declaração de pleno exercício do cargo do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio, fornecido pelo legislativo municipal, com validade máxima de 12 meses;	
	Formulário de inscrição devidamente preenchido;	Modelo no Anexo II
	Ficha de dados básicos do projeto devidamente preenchida;	Modelo no Anexo III
	Declaração do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio com indicação do(s) órgão(s) responsável(is) pela prestação do serviço público de esgotamento sanitário na área onde será implantada a obra;	
	No caso em que o prestador de serviços de saneamento não for o município, sendo, por exemplo, autarquias ou empresas públicas municipais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou ato legal equivalente de criação do Prestador de Serviços devidamente registrado;	
	Protocolo de intenções subscrito pelos municípios integrantes;	
	Publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial;	
	Leis municipais de cada município que ratificou o protocolo de intenção;	
	Estatuto do consórcio público;	
	Publicação do estatuto do consórcio público;	
	Contrato de rateio, se houver contrapartida financeira a ser realizada pelo beneficiário do edital;	
	Prova de inscrição do consórcio no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) atualizado ou revalidado;	
	Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;	
Certificado de Regularidade do FGTS do PROPONENTE e do Prestador de Serviço de Esgotamento (se o consórcio não for o responsável pelo serviço de esgotamento);		

Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos trabalhistas;	
Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN) ou declaração de ciência assinada pelo Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio;	Modelo da declaração no Anexo VII
Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT);	Ver item 12.13 do <i>checklist</i>
Documento que comprove que adimplência do município líder do consórcio e do(s) município(s) beneficiado(s) com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativa às outorgas que eventualmente possuam, sejam elas estaduais ou federais;	Ver item 12.15 do <i>checklist</i>
Declaração de anuência do Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio quanto aos custos operacionais, contendo estimativa de custos de materiais e pessoal para operação do sistema.	A declaração deverá ser acompanhada de uma estimativa dos custos operacionais, contendo os cálculos para obtenção do custo. Caso o município deseje, poderá ser utilizado o anexo XIV como modelo.
Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto e seu substituto, podendo ser ofício ou portaria, assinado pelo Prefeito Municipal que exerce a representação legal do consórcio	Modelo no Anexo VIII